

Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí



ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DE 10/09/2002

Aos 10 dias do mês de setembro de 2002, no Hotel Fonte Santa Tereza, em Valinhos - SP, realizou-se a 18.ª Reunião Ordinária do CBH-PCJ, registrando-se a participação de 95 (noventa e cinco) pessoas, entre representantes dos Municípios, da Sociedade Civil e do Estado, conforme lista de presença anexa, e público, registrado em livro próprio. Após a recepção aos presentes, a mesa dirigente dos trabalhos foi composta conforme segue: Sr. Luiz Mayr - representante do prefeito de Valinhos e Presidente do DAE de Valinhos; Cláudio de Mauro - Prefeito de Rio Claro e Presidente do CBH-PCJ; José Roberto Fumach - Prefeito de Itatiba e Presidente do Consórcio Intermunicipal dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí; Eduardo Lovo Paschoalotti – representante do CIESP/Limeira e Vice-presidente do CBH-PCJ; Luiz Roberto Moretti – Diretor da Diretoria da Bacia do Médio Tietê do DAEE e Secretário-executivo do CBH-PCJ; Dr. Rui Brasil Assis, Secretário-adjunto da Secretaria de Estado de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras e Wilde Cardoso Contijo Jr., representante da Agência Nacional de Águas. **1. Abertura:** Dando início à reunião o Eng.º Moretti registrou a presença dos membros do CBH-PCJ e demais personalidades. Informou a existência de quorum e passou a condução da reunião ao Presidente do CBH-PCJ, que agradeceu a presença de todos; agradeceu ao Prefeito de Valinhos Vítório Antoniazzi em nome seu representante Luiz Mayr, pela cessão das dependências para a realização da reunião, e declarou iniciada a reunião, colocando a palavra à disposição dos integrantes da mesa. Com a palavra, o representante da Prefeitura de Valinhos e Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Valinhos, Sr. Luiz Mayr, cumprimentou e agradeceu a presença de todos e informou que o prefeito de Valinhos não pôde estar presente pois já existia uma convocação da justiça, na cidade de São Paulo, neste dia, às 10:00hs da manhã, impossibilitando-o de estar presente a esta reunião. Concluiu desejando uma boa reunião a todos. **2. Comunicações:** Sem outras manifestações, o Presidente do CBH-PCJ, Dr. Cláudio de Mauro, retoma a palavra e dá por iniciados os trabalhos constantes da pauta. Este passou a palavra para o Sr. Eduardo Paschoalotti, Vice-presidente do CBH-PCJ, que cumprimentou e agradeceu a presença de todos. **2.1. Comunicados do Secretário-executivo:** O Secretário-executivo do CBH-PCJ, Luiz Roberto Moretti, informou que o jornalista José Pedro Martins, grande colaborador do Comitê por diversos anos, principalmente na época do Prêmio Yara e dos “jornais” do CBH-PCJ, lançou duas publicações: “A Década Desperdiçada” e “Agenda 21 Municipal na

Região Metropolitana de Campinas”, que são de grande importância para a nossa região; sendo que foram doados um exemplar de cada uma das publicações ao CBH-PCJ. Informou que no próximo dia 18, em Ribeirão Preto, será realizada a Reunião Preparatória de Instalação do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas, no Auditório do Departamento de Estradas e Rodagem, às 13:30hs, tendo como pauta: explanação sobre o processo inicial do Fórum Paulista de Comitês de Bacias; discussão da estrutura e composição desse Fórum, e definição de uma data e local para instalação do Fórum Paulista de Comitês de Bacias. Informou que o Comitê de Bacias PCJ recebeu correspondência para participar de um grupo de trabalho da Secretaria de Energia do Ministério de Minas e Energia. Houve solicitação para que o Dr. Rui Brasil prestasse maiores esclarecimentos. Com a palavra, o Dr. Rui Brasil Assis, Secretário-adjunto da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras do Estado de São Paulo informou tratar-se de um convite do Ministério de Minas e Energia, que resolveu alterar sua estratégia de trabalho, em função da crise de energia vivida pelo país nos últimos 2 anos, e resolveu, para fazer o seu planejamento e para restabelecer sua política energética, ouvir outros segmentos. Informou que foram selecionadas 4 bacias-piloto no país, com características diferentes: a Bacia do Xingú; a Bacia do São Francisco e, no estado de São Paulo, a Bacia do Alto Tietê e a Bacia do Piracicaba. O propósito é fazer o planejamento do aproveitamento energético, no caso das Bacias do Alto Tietê e Piracicaba, a partir de uma interação com os Comitês de Bacias. Então, foram convidados no caso do estado de São Paulo os Comitês do Alto Tietê e do Piracicaba, Capivari e Jundiáí e solicitada uma apresentação dos seus Planos de Bacias, passo inicial para essa integração. Informou que a 2ª reunião deve ocorrer com a apresentação do Plano de Bacias do PCJ. Com a palavra, o Eng.º Moretti informou que nos dias 20 e 21, esteve em Brasília, juntamente com o vice-presidente Paschoalotti, participando das reuniões da Câmara Técnica de Cobrança e da Câmara Técnica Institucional e Legal do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e que a Câmara de Cobrança está colhendo subsídios e manifestações dos diversos segmentos do país (usuários de água, sociedade civil, etc.) a respeito do que pensam, de como encaram essa questão da cobrança. Já ocorreram 2 reuniões com exposições a respeito desse assunto e, a partir da próxima reunião, pretende-se trabalhar em cima da deliberação que será encaminhada para o CNRH, no sentido de regulamentar a questão da cobrança pelo uso

da água dos rios de domínio da União. **2.2. Comunicados do Presidente:** O Prefeito de Rio Claro, Cláudio de Mauro, Presidente do CBH-PCJ, informou que esteve em Brasília, juntamente com o Prefeito de Piracicaba, José Machado, representando, respectivamente, o CBH-PCJ e o Consórcio PCJ, para conversar com o Deputado Federal Fernando Gabeira, no dia em que foi aprovado na comissão, o PL 1616 cujo relator é o Deputado Gabeira, que trata, dentre outros temas, sobre a cobrança pelo uso das águas. Explicou que, posteriormente, houve reunião do Consórcio PCJ, em Extrema - MG, onde o Deputado Gabeira participou, e, na oportunidade, o Consórcio e o Comitê apresentaram um conjunto de sugestões, que foram acatadas. Esclareceu que, de acordo com a redação que foi encaminhada ao Plenário da Câmara Federal, para a votação, está previsto que o dinheiro arrecadado nas regiões dos Comitês de Bacias permanecerá nessas bacias. Informou que, com as solicitações tanto do CBH-PCJ como do Consórcio PCJ e da Secretaria Estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, conseguiu-se do Deputado Gabeira a inclusão, no relatório do Deputado, da criação do Fundo Nacional de Recursos Hídricos. Informou que o relatório do Deputado foi aprovado na Comissão da Câmara Federal. Informou que haverá, na seqüência, um relato pelo Secretário-adjunto de Recursos Hídricos, Dr. Rui Brasil, a respeito das discussões do Comitê Federal. Adiantou que na penúltima reunião da Diretoria Provisória do Comitê Federal PCJ, realizada em Jundiá, estiveram presentes, não apenas o Dr. Félix Domingues, Presidente da Diretoria Provisória, mas também a Dra. Dilma, que levou, naquela oportunidade, a relação dos projetos que tinham sido autorizados pela ANA, no PRODES 2002. Acrescentou, entretanto, que temos a autorização, mas não temos os recursos, porque a ANA está com os recursos contingenciados. Destacou a necessidade de se realizarem contatos, para se conseguir que haja a liberação dos recursos financeiros do PRODES 2002. O Presidente do Comitê informou teve uma Audiência com o Presidente da República, no Palácio do Planalto, para tratar de assuntos relacionados ao município de Rio Claro, e que aproveitou para conversar com o Presidente Fernando Henrique, fazendo elogio ao Programa de Compra de Esgotos Tratados, mas que entendia que havia necessidade da liberação dos recursos para o sistema ter credibilidade. Informou que o Presidente da República mostrou-se interessado no equacionamento da questão. Outro informe é que foi realizado, sob a coordenação da SMA e SRHSO, no Parlamento da América Latina, um seminário para discussão das questões de recursos hídricos, no qual o presidente da Assembléia

Legislativa, o Deputado Walter Feldmann, esteve presente e fez discurso dizendo que a lei sobre a cobrança pelo uso da água no Estado de São Paulo será votada tão logo passe a eleição. O Presidente do CBH-PCJ fez alguns convites: será realizado em Rio Claro, sob a coordenação da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e da Prefeitura Municipal de Rio Claro, através do Instituto Florestal, o seminário “100 anos de festas das árvores: o balanço e perspectivas das atividades florestais – Ecos da Rio +10”, do dia 18 a 21, sendo que no dia 20, na Floresta Estadual, teremos o 1º Seminário para a discussão do Comitê Federal. **3. Apresentação do andamento dos trabalhos para a implantação do Comitê “Federal” das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá:** O Presidente do CBH-PCJ passou a palavra para o Dr. Rui Brasil Assis, que é o secretário-executivo da Comissão Provisória para instalação do Comitê Federal para fazer a exposição de como está o estado da arte. Dessa Comissão fazem parte, representantes do CBH-PCJ; do Consórcio PCJ; do IGAM; da ANA e da sociedade civil de Minas Gerais. Com a palavra, o Dr. Rui Brasil justificou a ausência do Secretário de Energia que responde também pela SRHSO, que não pode comparecer em virtude de outros compromissos em São Paulo. Em seguida passou para as informações gerais sobre o processo de implantação do Comitê Federal, ressaltando que foi distribuído a todos um texto que procura, de uma forma até bastante sintética, colocar algumas idéias que estão sendo discutidas na Diretoria Provisória e Comissão de Apoio. Fez uma retrospectiva, dizendo que a criação do Comitê Federal é prevista na Lei da Política Nacional de Recursos Hídricos, Lei 9433/97, que também criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Informou as etapas para a instalação desse Comitê, que foram preenchidos os requisitos legais e feita a solicitação ao CNRH, em tempo recorde. Esclareceu que, em menos de 1 mês, o relatório sobre a bacia, as adesões de prefeitos, entidades da sociedade civil e representantes de usuários, satisfazendo a Resolução nº 5 do CNRH, estavam prontos. Informou que, em abril de 2001, o CNRH aprovou uma 1ª resolução, aceitando aquela documentação para encaminhar ao Presidente da República para que criasse, por decreto, o comitê federal. Só que houve uma dúvida: nós, propositores, imaginávamos que estávamos criando o Comitê “Federal” do Piracicaba, Capivari e Jundiá e a direção do CNRH entendeu que era o Comitê da Bacia do Rio Piracicaba, somente, com suas nascentes em Minas Gerais. Depois de muita discussão, tanto aos representantes paulistas como de Minas Gerais entenderam que trabalhar um comitê federal só do

Piracicaba poderia causar problemas para a gestão dos recursos hídricos da região. Informou que, em seguida, foi feito todo o processo e em novembro de 2001, em Aracajú-SE, o CNRH fez uma 2ª resolução, agregando o Capivari e o Jundiá à área de atuação do futuro Comitê Federal. Esclareceu que o Estado de São Paulo não vai abrir mão do domínio das águas nesses rios, mas, que a gestão dos recursos hídricos, que é um processo territorial. Assim, foi estabelecida pela resolução do CNRH, além da Diretoria Provisória, com um presidente indicado pela ANA e um secretário indicado pela SRHSO do Estado de São Paulo, uma Comissão de Apoio. As pessoas que fazem parte da Diretoria Provisória e da Comissão de Apoio foram relacionadas: o Dr. Antônio Félix Domingues, presidente da Diretoria Provisória; Dr. Rui Brasil Assis, secretário da Diretoria Provisória, representando a SRHSO; o prefeito Cláudio Antônio de Mauro, presidente do CBH-PCJ; Eduardo Lovo Paschoalotti, representando os usuários da porção paulista pelo CIESP-Limeira; o prefeito de Itatiba, José Roberto Fumach, representando o Consórcio PCJ; a Dra. Márcia Calamari, representando a SMA do Estado de São Paulo; o Sr. Marco Antônio Fernandes, representando o IGAM, do governo de Minas; Maurício Borges Cunha, da Associação de Defesa Ambiental e Desenvolvimento Sustentável - AGUARI, representando as organizações não-governamentais de Minas Gerais e, como representante dos municípios da região mineira, o Sr. Paulo Henrique Pereira, que é o Secretário de Meio Ambiente de Extrema. Informou que foram feitas inúmeras reuniões em 2001; que o Decreto Presidencial de criação do PCJ FEDERAL foi assinado em maio/2002, quando o Presidente da República assinou a criação desse Comitê. Informou que foi nomeada uma comissão eleitoral, que será encarregada de estabelecer todas as normas, critérios para inscrição de futuros membros do plenário do Comitê PCJ FEDERAL, e conduzir o processo eleitoral, assembleias, etc. Essa comissão tem 5 membros: Sr. Dalto Fávero Brochi, do Consórcio PCJ; Eduardo Lovo Paschoalotti, do CIESP/ Limeira; Luiz Roberto Moretti, Secretário-executivo do CBH-PCJ; Paulo Henrique Pereira, de Extrema e o Wilde Cardoso Contijo Jr., da ANA, que será o coordenador dessa comissão eleitoral. Informou o que a Diretoria Provisória e a Comissão já iniciaram a discussão da linha de trabalho, o regimento interno que vai dar a forma de funcionamento do Comitê Federal, integrando com a do CBH-PCJ, cujo resumo está no material que foi entregue no início desta reunião, com o título "Integração nas bacias hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá". Informou sobre os 4 seminários regionais previstos: primeiro em Rio Claro dia 20 de setembro, depois dia 8

de novembro, em Itatiba; um seminário em Minas, no dia 11, e no dia 25 de novembro o último, que será em Indaiatuba, privilegiando as bacias do Jundiá e Capivari. Informou que a Dra. Maria Luíza Granziera está ajudando na formatação jurídica do regimento interno do PCJ FEDERAL e do CBH-PCJ. Com a palavra a Dra. Maria Luíza Granziera fez uma explanação geral sobre aspectos da constituição do comitê; domínios das águas; bacia hidrográfica como unidade de planejamento e gestão; os instrumentos de planejamento, como o plano de bacia hidrográfica; sobre o sistema de gerenciamento contemplando a gestão integrada; os critérios para outorga, que afetam a bacia como um todo; os aspectos institucional e legal da criação do PCJ FEDERAL, ressaltando que o trabalho a ser desenvolvido deve buscar uma forma de tomar decisões sem que haja conflito entre comitês estadual e federal. Após, foi passada a palavra para o Sr. Wilde Contijo, representante da ANA e coordenador da comissão eleitoral, que informou que estão procurando fazer com que esse processo seja o mais transparente e que a informação chegue, rapidamente, a toda bacia. Informou que vai disponibilizar no site da ANA, www.ana.gov.br/comitepiracicaba, todas as informações relativas ao andamento do processo e, a partir da semana que vem, já estarão disponíveis as atas das reuniões, e todos os documentos que serão produzidos pela Diretoria Provisória e será disponibilizado o regimento interno para, através de um fórum de discussão, poder ampliar a participação na bacia. **4. Leitura e Aprovação da Ata 12ª Reunião Extraordinária:** O Presidente do CBH-PCJ, Cláudio de Mauro, antes da aprovação da Ata solicitou um minuto de silêncio, pois, nesta data, há um ano, ocorrera a morte do prefeito Toninho, de Campinas. Em seguida passou a tratar da leitura e aprovação da Ata da 12ª Reunião Extraordinária do CBH-PCJ, realizada em 24/05/2002, no Salão Cultural do Parque Municipal "Jaime Ferragute", em Vinhedo - SP. Foi dispensada a leitura por ter sido encaminhada, antecipadamente, aos membros do Comitê. Sem outras manifestações, foi colocada em votação a Ata da 12ª Reunião Extraordinária, sendo aprovada por unanimidade, na forma apresentada. **5. Assuntos a deliberar: 5.1. Aprovação de Atos do Sr. Presidente, sobre assuntos diversos, tomados com base no Inciso IV do Artigo 11 do estatuto do CBH-PCJ – Deliberação CBH-PCJ/122/2002:** foi apresentada a minuta de Deliberação n.º 122/2002, quando o Presidente do CBH-PCJ esclareceu que no segundo bloco de material, junto ao Ofício CBH-PCJ 231, consta a íntegra do Ofício CBH-PCJ 176, do presidente deste comitê, informando ao COFEHIDRO sobre a prorrogação do prazo de

assinatura de contratos, porque havia sido deliberado que a assinatura dos contratos deveriam ser feitos até o final de junho. Foi esclarecido que, por inúmeras dificuldades que surgiram, que independiam da vontade tanto do tomador quanto dos Agentes Técnicos, que eram relativas a ajustes a serem feitos, bem como relativos ao prazo da lei eleitoral, acabou sobrecarregando a SE/COFEHIDRO e o BANESPA na elaboração de contratos do FEHIDRO. Esses agentes do FEHIDRO acabaram por dar prioridade para a assinatura dos contratos com prefeituras, pois a limitação de prazo que existia para a assinatura, pela lei eleitoral, era para os municípios. Assim, informou que o presidente do comitê houve por bem prorrogar os prazos de assinatura dos contratos do Comitê PCJ com o FEHIDRO até 31/12/02, sendo que, após essa data, aqueles que, por qualquer motivo, não estejam assinados, tenham a indicação ao FEHIDRO cancelada, com o respectivo recurso, voltando para a sub-conta CBH-PCJ, integrando o orçamento do comitê de 2003, referente ao orçamento do FEHIDRO de 2003. Portanto, estamos submetendo ao referendo do Plenário, as providências tomadas que não poderiam aguardar esta reunião para serem definidas. Em seguida, foi colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ n.º 122/2002, aprovando os atos do Presidente do CBH-PCJ, conforme relatado, sendo aprovada por unanimidade, sem alterações.

5.2. Programas de Ações, com seus respectivos objetivos, a programação e o calendário de Atividades das Câmaras e Grupos Técnicos do CBH-PCJ, até dezembro de 2002 – Deliberação CBH-PCJ/123/2002: O Secretário-executivo do CBH-PCJ, que é Coordenador do GT-PL, esclareceu que, no final do primeiro semestre de 2002, a Secretaria Executiva fez reuniões com os coordenadores de câmaras e grupos técnicos do CBH-PCJ, que estão aqui presentes, sendo apresentados: Regina Cancelieri, da CT-SA; Valdemir Bernardi, da CT-AS; Marco Trapé, da CT-RN; Eneida Zanella, da CT-OL; Livia Agujaro, do GT-SAM; Marcelo Bacchi, que está representando o José Teixeira, que é o coordenador do GT-ID, e o Sebastião Bosquíia, que é o coordenador do GT-MH. Informou que as reuniões ocorreram com o objetivo de programar, organizar e adequar as ações das câmaras e grupos técnicos desse comitê, tendo em vista que há muita vontade dos membros das câmaras e grupos técnicos para se discutir diversos assuntos sobre suas responsabilidades e ter uma certa organização desse trabalho. Informou que duas importantes decisões foram tomadas, que estão aqui sendo colocadas ao Plenário: a primeira é que foram estabelecidos, para orientar as atividades das câmaras e grupos técnicos, 5 grandes

programas de ação, onde as atividades dessas câmaras iriam se encaixar. Esclareceu que esses programas têm objetivos amplos, podendo direcionar as ações das Câmaras e Grupos Técnicos, estando em consonância com os objetivos aprovados no plano de bacias, dentro das atribuições dadas a cada uma das Câmaras e Grupos Técnicos do CBH-PCJ. Informou que no Anexo I da deliberação em questão, estão contemplados os objetivos e as descrições dos programas de ações e, no anexo II da deliberação, encontra-se um calendário de atividades proposto a esse Plenário. O Eng. Moretti solicitou a cada um dos coordenadores que, porventura, tenha alguma proposta de alteração no cronograma em análise, que se manifeste para que a se possa dar andamento às discussões. Explicou rapidamente, as atividades que seriam realizadas, constantes do calendário apresentado. Em seguida, passou a para os coordenadores: a Eng.ª Regina Cancelieri, da CT-SA, solicitou que data da palestra sobre resíduos sólidos, baseada no curso do Conselho Regional de Química, fosse alterada, porque o palestrante é do Rio de Janeiro, da UTILIX, e ele poderá vir só no dia 12, não mais no dia 19. Em seguida, ela leu a pauta do curso e informou que será no Centro de Treinamento do DAE de Santa Bárbara D'Oeste, na Rua Terezinha de Arruda Campos, 33. Em seguida a Sra. Eneida Zanella, coordenadora da CT-OL, propôs a inversão dos 2 encontros programados, para os dias 7 e 8/11 com o dos dias 28 e 29/11, ou seja, primeiro o de Ferramentas de Gestão e, depois o de Licenciamento e Outorgas. Em seguida, a Sra. Livia, coordenadora do GT-SAM, informou que sobre a palestra que estava programada para a 1ª semana de outubro, após entendimentos com a FUNASA, foi verificada a importância da aplicação da Portaria MS 1469/00, não só como interesse regional, mas como interesse nacional. Então foi sugerido que essa palestra se transformasse num seminário. Esclareceu que como é um evento de maior porte do que se estava programando, teríamos que ter um tempo um pouco maior para elaborá-lo. Então propôs que ele passe para a última semana de outubro, e que esse evento que estava programado para outubro, que seria um evento sobre as pesquisas já realizadas no reservatório Salto Grande, em Americana, passasse para dezembro, nos dias 4 e 5, conforme entendimentos com a CPFL, que vai apoiar a realização do evento. Com a palavra, o Eng.º Moretti informou que está previsto para a 1ª semana de dezembro, o workshop sobre banco de dados de poços tubulares profundos, a princípio previsto para o dia 03/12/02, mas, como será verificado ainda nesta reunião, quando formos avaliar o calendário das eleições do CBH-PCJ, no dia 3 de dezembro está previsto um evento conjunto com a Diretoria Provisória

do Comitê Federal que é uma reunião deste Plenário para aprovar o regimento interno do Comitê Federal e as alterações necessárias no Estatuto deste CBH-PCJ. Por isso o Eng.º Moretti sugere ao coordenador do GT-AS que esse workshop sobre banco de dados seja transferido para a 2ª semana de dezembro. Complementou que, como esses eventos vão envolver o uso de recursos de custeio da Secretaria Executiva do CBH-PCJ, para divulgação, elaboração de materiais de apoio às reuniões, preparação de cópias, documentos, certificados, e outros, por meio dessa proposta de deliberação, os coordenadores, os membros das Câmaras e Grupos Técnicos e a Secretaria Executiva propõem ao Plenário que aprove essas ações. Com a palavra, o Presidente do Comitê, Cláudio de Mauro, submeteu a minuta de Deliberação CBH-PCJ 123/02 à votação. Complementou dizendo que a questão das datas dos eventos deve ser resolvida dentro do grupo técnico e que deverá ser aprovada a realização dos eventos, no âmbito do Comitê. Colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ n.º 123/2002, foi aprovada por unanimidade, na forma alterada pelo coordenadores. **5.3. Recomendações constantes do Parecer Técnico sobre as complementações ao RAP - Relatório Ambiental Preliminar da Ampliação da AMBEV - Unidade de Jaguariúna - Deliberação CBH-PCJ/ 124/2002:** O Eng.º Moretti esclareceu que, inicialmente, houve em 2001 uma manifestação deste Comitê de Bacias, a respeito do RAP – Relatório Ambiental Preliminar, que foi apresentado pela então Cia. Antártica Paulista, sobre a ampliação da sua unidade de Jaguariúna, por solicitação do DAIA - Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental. Esclareceu que já houve uma manifestação do CBH-PCJ sobre o assunto, por meio da Deliberação CBH-PCJ/ 101/2001, de 30/03/2001, na qual se solicitou uma série de complementações ao RAP. Acrescentou que essas complementações foram efetuadas pelo empreendedor, que as apresentou ao DAIA, por meio de um novo relatório chamado “Complementações ao RAP da AMBEV”. Nesta etapa já não era mais Antártica, mas sim AMBEV. Esse relatório complementar, foi, então, por deliberação deste Plenário, encaminhado para análise de 3 câmaras técnicas do Comitê, que foram a CT-RN, a CT-OL e o GT-MH. Esses 3 grupos técnicos do CBH-PCJ realizaram reuniões, fizeram seus pareceres e os pareceres desses grupos foram então encaminhados ao GT-PL, que tinha a função, deliberada pelo Comitê, de juntar, consolidar e elaborar o seu parecer técnico para ser submetido a esse Plenário. Informou que se encontram na página 7 do material desta reunião, a minuta de deliberação e, nas páginas de 8 a 14, o

parecer aprovado pelo GT-PL. Informou que esse parecer tem uma série de considerações que são feitas nas páginas iniciais; apresenta uma introdução; a relação daqueles que participaram das reuniões de cada uma das câmaras e grupos técnicos e o número de reuniões realizadas e o resumo das análises e considerações feitas pelas câmaras e grupos técnicos do Comitê sobre o relatório da AMBEV. Em seguida, na página 13 estão as manifestações que a própria AMBEV fez com relação aos pareceres elaborados pelas câmaras e grupos técnicos do Comitê. No item 5, têm manifestações feitas pela prefeitura de Jaguariúna, por meio de ofício à Secretaria Executiva e à Presidência do Comitê, considerando e apresentando resultados de negociações com o empreendedor. E, no item 6, o parecer do GT-PL, com 5 recomendações de ações para esse plenário. Esclareceu que não caberia, na reunião, a aprovação do relatório, porque o relatório foi elaborado pelo GT-PL, sendo aprovado no seu âmbito. Complementou dizendo que cabe, então, a aprovação, ou não, das recomendações que o GT-PL está fazendo. Foi dada a palavra para as manifestações do Plenário. Foram feitos questionamentos pelo Sr. Pivato, Prefeito de Cosmópolis; Francisco Ometto, do Sindicato dos Engenheiros de Limeira; Francisco Lahóz, do Consórcio PCJ; Prefeito Tarcísio, de Jaguariúna; Flávio Gordon, da ANEDE; Márcia Calamari, da Secretaria do Meio Ambiente/DEPRN; Fernando Padilha, da Secretaria de Energia; Lino Steffen, da Secretaria de Economia e Planejamento; Marco Pareja, da Preservação; Rui Brasil Assis e Michele Consolmagno, ambos da Secretaria de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras; Ângelo Petto Neto, da AEAL; Fernando Batolla Júnior, da Secretaria de Ciência e Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, e José Augusto Seydell, da Prefeitura de Piracicaba. Em seguida, foi colocado em votação o item 6.1., das recomendações do Parecer do GT-PL, com a seguinte pergunta: o Plenário é favorável ao item 6.1? Sim ou não? Ficou definido que se for rejeitado este item, não será necessário continuar a votar os demais itens, pois estarão automaticamente prejudicados; se aprovado, vota-se se haverá modificações nos demais itens. Colocado em votação, o item 6.1 foi aprovado, mantida a redação original, com 31 votos favoráveis, 5 contrários e nenhuma abstenção. Na sequência, para o item 6.2, foi apresentada sugestão de modificação, pelo Sr. Carlos Zima, da Flora Cantareira, para que seja aumentado o valor proposto no item 6.2 em, pelo menos, 3 vezes, para produção de mudas de espécie florestais. Portanto, em vez de R\$ 60.000,00 seria R\$ 180.000,00. Após discussões a proposta foi colocada em votação, sendo aprovada a alteração de valor para R\$

180.000,00 para a produção de mudas de espécies vegetais, para a bacia do Jaguari, com 18 votos favoráveis e 11 contrários. Em seguida, o Presidente do CBH-PCJ questionou se, para o item 6.3, haveria proposta de alteração. Não havendo proposta de alteração, subentendeu-se o mesmo ao Plenário, sendo aprovado por unanimidade, na forma apresentada. Após a discussão de várias propostas de alteração apresentadas para o item 6.4, foi sugerido pelo Presidente do CBH-PCJ, que o valor da contribuição da AMBEV, para construção da ETE de Jaguariúna, como medida compensatória, fosse ampliado de R\$ 500.000,00 para R\$ 1.200.000,00; correspondente ao valor de execução total da obra. Colocada em votação a proposta de alteração apresentada, a mesma foi aprovada com 29 votos favoráveis; 5 votos contrários e 4 abstenções. Em seguida, o Dr. Cláudio de Mauro, esclareceu que, em função da aprovação do item 6.4, considerando o valor total da obra, o item 6.5 fica, automaticamente, excluído, não havendo contestação do Plenário. Em seguida, o Eng.º Moretti solicitou autorização do Plenário para, posteriormente, adaptar a redação do artigo primeiro da Deliberação em questão e, se for preciso, para incluir algum artigo ou parágrafo único na deliberação, para poder ajusta-la a essas alterações propostas pelo Plenário. O Plenário concordou, por unanimidade, com a solicitação. Colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ n.º 124/2002, a mesma foi aprovada, por unanimidade, com as adequações a serem realizadas em função das aprovações feitas nas recomendações do Parecer Técnico Final do GT-PL. **5.4. Modificações das metas de curto prazo do Plano de Bacias 2000/2003 do CBH-PCJ - Deliberação CBH-PCJ/ 125/2002:** O Eng.º Moretti esclareceu que, no final do ano passado, foi aprovada uma hierarquização dos sub-programas do plano de bacias, que são 47, com base em uma consulta aos membros do CBH-PCJ, que contou com respostas de cerca de 25% dos membros do Comitê (Plenário, Câmaras e Grupos Técnicos). Informou que o Comitê aprovou uma deliberação onde mencionava que somente poderiam ser contempladas com recursos do FEHIDRO, aquelas ações que estivessem explicitadas nas metas de curto prazo do Plano de Bacias 2000-2003. Esclareceu que no processo de inscrição e análise de empreendimentos, para indicação ao FEHIDRO, foram percebidas questões que acabaram sendo colocadas como erros do plano, e que, portanto, deveriam ser modificadas no plano. Informou que o GT-PL, tendo por base a decisão do Plenário do CBH-PCJ, tomada em Campinas, no início de 2002, quando se discutiram essas questões, julgou que caberiam, então, propor algumas alterações no Plano de Bacias 2000/2003, no

sentido de promover pequenos ajustes, tendo em vista corrigir distorções. Explicou os motivos mais polêmicos, entre eles o fato de alguns municípios terem feito investimentos na questão de tratamento de esgotos e que, devido à mudança de regra de análise, acabaram sendo excluídos das indicações ao FEHIDRO. Acrescentou que o GT-PL fez uma proposta no sentido de permitir que municípios que tiveram projetos e outras ações de tratamento de esgoto financiadas pelo FEHIDRO, que não se enquadraram nas novas regras de análise, passariam, também, a ser contemplados, mesmo não estando naquela relação inicial das metas de curto prazo do Plano de Bacias 2000/2003. Da mesma forma, aqueles municípios que investiram ou que continuaram investindo em tratamento de esgotos, com recursos próprios, demonstrando vontade política para executar tais ações, estes também poderiam ser contemplados com recursos do FEHIDRO. Concluiu dizendo que foi com essa linha de raciocínio que o GT-PL está propondo as alterações constantes dos artigos primeiro e segundo da deliberação. O artigo terceiro também foi uma questão levantada na reunião de Campinas, porque no conteúdo do plano de bacias, nas metas de curto prazo, que são aquelas que estão orientando a indicação de recursos do FEHIDRO, no programa de controle de perdas, se verificou ser extremamente tímido, em termos tecnológicos, na questão de desenvolvimento de ações para efetivo controle de perdas nos municípios. Acrescentou que o GT-PL está propondo uma modificação no conteúdo desse programa, no sentido de ampliar as possibilidades de investimentos, pois, atualmente, as ações estão restritas à questão de se fazer pesquisa de vazamento e troca de hidrômetros. Destacou que foram incluídas ações de controle, desde que estejam inseridas num programa municipal de controle de perdas. Em resumo, as propostas que o GT-PL aprovou na sua última reunião, são: alteração do conteúdo do sub-programa estudos e projetos de tratamento de esgotos; de realização de obras de tratamento de esgotos, e do sub-programa de controle de perdas. Após, foi colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ n.º 125/2002, sendo aprovada, por unanimidade. **5.5. Cronograma de atividades e critérios gerais para hierarquização de projetos para indicação de financiamento com recursos do FEHIDRO, referentes ao orçamento de 2003 - Deliberação CBH-PCJ/ 126/2002:** O Eng.º Moretti esclareceu que o Plano de Bacias indica a necessidade de se investir, no período de 2000 a 2003, 760 milhões de reais. Informou que, no passado, dos 47 sub-programas do Plano de Bacias, foram indicados, pelo Plenário, aqueles considerados mais prioritários para indicação de ações para financiamento com os poucos

recursos do FEHIDRO. Informou os subprogramas eleitos foram os 15 primeiros classificados em consulta feita aos membros do CBH-PCJ, que foram reagrupados em 10. Esses sub-programas foram mantidos na minuta de deliberação apresentada. Além disso, informou que está sendo proposta uma série de datas para se conduzir de forma satisfatória a questão da indicação de empreendimentos ao FEHIDRO, orçamento de 2003. Foram lidas e explicadas todas as etapas do processo de distribuição, conforme minuta de deliberação 126/2002 e as alterações em relação aos anos anteriores. Foi solicitada correção na data do artigo primeiro, no item "e" e no item "f", pois o ano correto é 2003 e não 2002. No parágrafo primeiro da página seguinte, dever ser corrigido para o período: de 10/02/2003 a 21/02/2003. As alterações foram aceitas pelo Plenário. Em seguida, a Dra. Marizete, da Secretaria da Saúde, solicitou inclusão, no item "c" do artigo primeiro, para não gerar confusão, justificando que é só para os pré-qualificados, da frase: "inscrição dos empreendimentos pré-qualificados". A proposta foi aceita por unanimidade. Com a palavra, o Prefeito de Piracaia, Sr. Célio Gayer, informou que sua cidade fica a jusante do Sistema Cantareira, às margens do Rio Cachoeira. Informou que em 1967, o município teve o seu rio represado originando graves conseqüências, sendo que algumas delas já foram solucionadas. Esclareceu que, atualmente, têm ocorrido muitas enchentes paradoxais, pois a represa do Rio Cachoeira é reguladora de fluxo de água para atender a região de Campinas. Esclareceu este fato dizendo que o Rio Cachoeira está totalmente assoreado e quando a SABESP aumenta a vazão para a região de Campinas, para valores acima de 2,5 m³/s, esta inunda a parte baixa da cidade; acrescentando que na última reunião foi solicitado que o Comitê auxiliasse o município nessa questão. Nesse sentido, a Prefeitura apresenta como projeto de interesse da região, projeto de macro-drenagem, ou seja, desassoreamento do rio, solicitando que fique isento de pontuação para obter recursos do FEHIDRO. Informou que, por meio do FEHIDRO, a Prefeitura já possui o projeto do desassoreamento e licenciamento ambiental das obras. Com a palavra o representante da SABESP, Sr. Milton Negrini, informou que nos outros assuntos da pauta da reunião, há considerações e sugestões do GT-MH sobre a questão levantada pelo sr. Prefeito de Piracaia, pedindo um esforço, um apoio maior do Comitê, exatamente nesse sentido de arrumar dinheiro para desassorear a calha do Rio Cachoeira. Com a palavra, o coordenador do GT-MH, Sebastião Bosquilia, informou que no GT-MH foi formado um sub-grupo que estudou e levantou as questões referentes ao município de Piracaia, principalmente as interferências que o

município vem ocasionando na calha do Rio Cachoeira, na área de várzea e na ocupação do solo urbano. Continuou informando que foram apresentados 11 itens como considerações e sugestões do GT-MH, para os quais se solicita respaldo do Plenário do CBH-PCJ. Informou que acha oportuno que se possa observar o que foi desenvolvido dentro do GT-MH, porque foi também, dentro do GT-MH, que foram aprovados o projeto de um novo canal, o novo traçado do canal, desviando-o nos meandros do Rio Cachoeira dentro da cidade de Piracaia, resolvendo a questão da capacidade do escoamento do canal para que a água chegue mais livremente para as cidades do médio e do baixo Piracicaba. Acrescentou que com isso, estaríamos resolvendo a questão do Parque Ecológico de Piracaia. Após discussões e esclarecimentos o Eng.º Moretti fez proposta, de encaminhamento para a questão do município de Piracaia, de se incluir no artigo segundo, um parágrafo 4º, dizendo que, excepcionalmente, no caso do município de Piracaia, possam ser contempladas pelo FEHIDRO, as obras e ações que estão previstas no projeto desenvolvido com recursos do FEHIDRO. Colocada em votação, a proposta apresentada foi aprovada por unanimidade. A SABESP solicitou a inclusão como prioritários, para recebimento de recursos do FEHIDRO, três subprogramas do Plano de Bacias, a saber: B.2.1.2, referente ao sistema Piray-Jundiuvira; B.2.1.1, referente à barragem de Campo Limpo Paulista, e B.1.1.5, referente às regularizações de vazões para abastecimento de água potável. Colocada em votação a inclusão, a mesma não foi aprovada, com 14 votos contrários, 6 a favor e 6 abstenções. Sem mais considerações, foi colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ n.º 126/2002, com todas as alterações efetuadas, sendo aprovada por unanimidade.

5.6. Calendário para as eleições do CBH-PCJ, para o mandato de 2003-2004 - Deliberação CBH-PCJ/127/2002: O Eng.º Moretti esclareceu que no documento que tratava deste assunto, enviado aos membros do Plenário, pelo correio, continha uma programação com datas aprovadas pelo GT-PL. Posteriormente à reunião do GT-PL, houve reunião da Diretoria Provisória e da Comissão Pró-instalação do Comitê Federal PCJ, em Americana, na sede do Consórcio PCJ, onde se discutiu as datas de instalação do Comitê Federal. Informou que houve entendimento no sentido de se fazerem as eleições dos dois comitês com as datas ajustadas. Portanto, na minuta de deliberação, no artigo primeiro, as datas estão em branco, para serem preenchidas nesta reunião, se houver este entendimento do Plenário. Informou que as datas previstas para o Comitê Federal, a serem adotadas para o CBH-PCJ são as seguintes: no Artigo primeiro,

inciso primeiro, a data é 10/12/02; no inciso segundo, de 10/12/02 a 10/02/03; no inciso terceiro, 11/03/03; no artigo segundo, de 11/02/03 a 14/02/03, e no parágrafo primeiro, 17/02/03. Essas datas são datas que foram obtidas de comum acordo, entre as Diretorias do CBH-PCJ e do Comitê Federal, no sentido de compatibilizar-se as operações de inscrição, análise das inscrições, assembleias gerais de eleição de membros, etc., do Comitê Federal e deste CBH-PCJ. Acrescentou que consta da documentação anexa à deliberação em questão, uma minuta da ficha de inscrição, que também está diferente do material enviado pelo correio. Após, foi colocada em votação a minuta de Deliberação CBH-PCJ n.º 127/2002, com as novas datas do processo de eleição integrada com a do Comitê Federal, sendo aprovada por unanimidade. **6. Outros Assuntos: 6.1. Manifestação do GT-SAM sobre o empreendimento da SANASA junto ao FEHIDRO:** O Eng.º Moretti informou que, como o Parecer do GT-SAM, sobre o assunto em questão, chegou à Secretaria Executiva após o envio da pauta, solicita-se aprovação da sua inclusão para apreciação desse Plenário. Esclareceu que trata-se de empreendimento já indicado ao FEHIDRO, cujo Tomador é a SANASA, para a aquisição de um equipamento de análise de cianotoxinas em mananciais de consumo humano. Informou que o projeto foi pontuado, entrou na pré-qualificação no começo do ano, foi hierarquizado, aprovado pelo Comitê; mas, entretanto, passou despercebido que o manual do FEHIDRO rege que: a aquisição de equipamentos por entidades públicas, mas que tenham retorno tarifário, só pode ser feita, a fundo perdido, se o Comitê aprovar a necessidade do empreendimento e a conveniência do Tomador. Como a SE-COFEHIDRO solicitou esse posicionamento, o projeto foi encaminhado para o GT-SAM, que é o grupo que tem atribuição para analisar essas questões, que elaborou Parecer Técnico que está apresentado ao Plenário, justificando a necessidade de se ter um equipamento como esse na região, devido aos grandes problemas com algas vividos nos últimos anos e à implantação da Portaria MS 1469/00 e que esse

equipamento vai permitir o monitoramento contínuo dos cursos d'água da região. Também apresenta as justificativas para o tomador, indicando que tem possui corpo técnico devidamente qualificado e laboratórios e instalações devidamente adequados para receber esse equipamento, bem como, que na proposta de aquisição, o Tomador afirma que os resultados das pesquisas a serem realizadas serão disponibilizadas para todas as entidades do CBH-PCJ, para auxiliar na tomada de decisões das medidas corretivas que forem necessárias. Após os esclarecimentos por parte da coordenadora do CT-SAM, Sra. Lívia Aguiar, o Eng.º Moretti submeteu a proposta ao Plenário para ratificação, sendo aprovado por unanimidade. **6.2. Considerações e sugestões do GT-MH sobre ações na calha do Rio Cachoeira no município de Piracaia:** O Eng.º Moretti informou que o documento do GT-MH foi entregue no início nesta reunião. Lembrou que foi aprovada a possibilidade de se usar recursos do FEHIDRO para as ações do projeto elaborado para o município de Piracaia. Informou que no documento em análise, encontra-se uma série de considerandos sobre ações que foram executadas pela Prefeitura de Piracaia, com intervenções sem autorizações na calha do Rio Cachoeira, que redundaram numa série de prejuízos, que se propõe sejam equacionados em conjunto. A solicitação é a de que o Plenário acate as sugestões constantes do documento, encaminhando essas sugestões à Prefeitura de Piracaia e aos demais citados. Colocada em votação a manifestação apresentada pelo GT-MH, a mesma foi aprovada por unanimidade. **7. Encerramento:** O representante da Prefeitura de Valinhos, Sr. Luiz Mayr, agradeceu a presença de todos e disponibilizou as dependências do município para a realização de outros eventos que possam contribuir para o avanço deste CBH-PCJ. Em seguida o Presidente Cláudio de Mauro, agradeceu a presença de todos, ao Prefeito de Valinhos na pessoa do Sr. Luiz Mayr, Presidente do DAE - Valinhos, pela recepção oferecida e deu por encerrada a reunião.

Luiz Roberto Moretti
Secretário-executivo

Eduardo Lovo Paschoalotti
Vice-presidente

Cláudio Antônio de Mauro
Presidente

Aprovada na 13ª Reunião Extraordinária, Valinhos, 03/12/02